

Destaques

Angola: nova Lei do Investimento Privado já entrou em vigor. i-PME Angola, 26-07-2011

A muito aguardada nova Lei do Investimento Privado "LIP" foi finalmente publicada, com data do passado dia 20 de Maio, embora tenha ficado acessível apenas durante o passado mês de Junho. As principais alterações, em relação ao regime anterior, são muito relevantes e a exigência de um mínimo de um milhão de dólares USD por projecto, preocupa os possíveis investidores em Angola.



i-PME Angola contou com muitos empresários no seminário "Internacionalização em parceria na África Lusófona", realizado no passado dia 28 de Junho na AEP, i-PME Angola, 28-06-2011

O projecto i-PME juntou no passado dia 28 de Junho na AEP um conjunto de empresas, empresários, gestores e Associações Empresariais, para debater a importância das parcerias, da rede colaborativa e empresarial, da informação de proximidade, da inovação e da inteligência competitiva para uma internacionalização bem sucedida na África Lusófona. Na mesma ocasião foi formalizada a rede Colaborativa e Empresarial i-PME com um conjunto de Associações Empresariais portuguesas.



Joseph Stiglitz, economista americano, esteve recentemente em Luanda para falar sobre economia.

Miguel Gomes, Novo Jornal, Ed nº 183 de 22-07-2011.

Joseph Stiglitz, foi um dos oradores do seminário "Crise Financeira Mundial – Riscos e Oportunidades para Economias Emergentes como Angola", organizado pelo Seminário Sol, onde deixou alguns recados e avisos à navegação.



"ANIP quer (re)industrialização e lei para pequenos investidores".

Hortêncio Sebastião, Novo Jornal, Ed nº 183 de 22-07-2011.

Aguinaldo Jaime, coordenador da ANIP, no encontro de empresários para a cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa, que decorreu no âmbito da 28ª edição da Feira Internacional de Luanda (FILDA), considerou que Angola tem sido bem sucedida nos seus esforços de captação de investimento privado.



Angola aprova lei das micro, pequenas e médias empresas. Angop 26-07-2011

De acordo com a agência Angop, a lei das micro, pequenas e médias empresas, em Angola, foi aprovada no passado dia 26 de Julho. Com a aprovação desta Lei, conjuntamente com a Lei do Fomento do Empresariado Nacional, os pequenos investidores passam a ter os seus interesses e anseios acatados.



Livros & Publicações recomendados



- **Título:** Compreender + África - **Autor:** Rui Moreira de Carvalho
- **Título:** Estratégia de Marketing Internacional - **Autor:** Fernanda Ilhéu
- **Título:** Trabalhar em Angola - **Autor:** Hermínio Santos
- **Título:** Parcerias: como criar valor com a internacionalização - **Autor:** Rui Moreira de Carvalho



O MNE português, Paulo Portas, de visita a Angola, pede aos empresários portugueses que "olhem para Angola".
OJE/Lusa 21-07-2011

O ministro português dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas, pediu aos empresários e investidores portugueses que olhem para Angola do ponto de vista económico "não apenas como uma oportunidade conjuntural, mas como um investimento estrutural".





O MNE português, Paulo Portas, de visita a Angola, pede aos empresários portugueses que olhem para Angola

OJE/Lusa 21/07/11

O ministro português dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas, pediu aos empresários e investidores portugueses que olhem para Angola do ponto de vista económico "não apenas como uma oportunidade conjuntural, mas como um investimento estrutural".



Foto: Portal Sapo Angola

Paulo Portas falava aos representantes de cerca de uma centena de expositores portugueses na Feira Internacional de Luanda, que hoje teve o dia dedicado a Portugal.

No seu discurso, o governante português disse que olhar desta forma para Angola

permitirá acompanhar um processo de desenvolvimento, "que é para ficar e que será tanto mais sólido, quando adoptar esta perspectiva de ficar".

"Queria também chamar a atenção para a possibilidade e oportunidade que as empresas portuguesas têm ao fazer *matching* com empresas angolanas, constituindo verdadeiras parcerias de não se esgotarem no mercado angolano, mas de poderem abrir a mercados regionais em África, que abrem, multiplicam e maximizam as nossas potencialidades económicas", referiu.

O MNE português aproveitou para informar os presentes sobre os passos dados em relação à problemática dos vistos, uma das maiores preocupações e reclamações de investidores e empresas portuguesas em Angola.

Segundo Paulo Portas, tanto ele como o seu homólogo, têm a "percepção prática de que às vezes há problemas que se podem evitar e que se pode encontrar um sistema de concessão de visto mais rápido, mais homogéneo e que ajude as empresas, o investimento, o planeamento e a previsibilidade".

"Sou uma pessoa extremamente focada, gosto de olhar para os problemas em concreto, separar os problemas entre aqueles que não se resolvem e aqueles que se podem resolver e se estou aqui também é para começar a resolver problemas de uma forma mutuamente vantajosa", afirmou.

"É bom para Portugal e para Angola que a vida dos empresários, quadros e trabalhadores portugueses que estão aqui corra bem e seja ágil, da mesma maneira que é bom para Angola que o investimento de Angola em Portugal seja bem visto e seja bem-vindo, é a isso que eu chamo uma relação de ganhos mútuos", ressaltou.



O ministro português frisou a situação difícil que Portugal atravessa, lembrando, contudo, que é "provisória", e que pode ser ultrapassada através de uma política convidativa ao investimento no mercado português, bem como de intensificação do apoio à internacionalização, à exportação e colocação de empresas, marcas e produtos portugueses noutros mercados.

"Portugal não tem neste momento uma situação que permita dar-se ao luxo de não fazer aquilo que é preciso e portanto todas as instituições do Estado, a começar pela economia e a diplomacia, têm que se articular para dar prioridade àquilo a que se convencionou chamar diplomacia económica", salientou.

"Para fazer diplomacia é preciso acima de tudo ajudar as empresas no exterior, saber vender a economia portuguesa no exterior, saber vender os produtos e as marcas portuguesas no exterior, encontrar um matching e ajudar a encontrar oportunidades, reportar a capacidade de captação de investimento estrangeiro. Tudo isto é ser diplomata de Portugal no século XXI", completou Paulo Portas.

Angola: nova Lei do Investimento Privado já entrou em Vigor.

i-PME Angola, 26-07-2011

A muito aguardada nova Lei do Investimento Privado "LIP" foi finalmente publicada com data do passado dia 20 de Maio, embora tenha ficado acessível apenas durante o passado mês de Junho.

As principais alterações, em relação ao regime anterior, são muito relevantes e foram objecto de uma cuidada análise na apresentação do passado dia 28, no seminário do i-PME "Internacionalização em parceria" por Ana Rita Almeida Campos e Francisco Amaral, respectivamente responsáveis pelos mercados e prática jurídica nos mercados de Moçambique e Angola, da prestigiada Sociedade de Advogados Vieira de Almeida & Associados.

Na sua intervenção detalharam os aspectos jurídicos mais relevantes nos processos de internacionalização, designadamente: contexto fiscal, incentivos ao investimento, contratação de trabalhadores estrangeiros ou fluxos financeiros.

No caso de Angola a Lei n.º 20/11 "LIP" revoga a anterior Lei de Bases do Investimento Privado Lei n.º 11/03 de 13 de Maio, bem como a Lei sobre os Incentivos Fiscais e Aduaneiros ao Investimento Privado (Lei n.º 17/03 de 25 de Junho), sendo que neste último caso, apenas em tudo o que contrariar a LIP.





i-PME Angola contou com muitos empresários no seminário “Internacionalizaçã o em parceria na África Lusófona”, realizado no passado dia 28 de Junho na AEP,

i-PME Angola, 28-06-2011

O projecto i-PME juntou no passado dia 28 de Junho na AEP um conjunto de empresas, empresários, gestores e Associações Empresariais, para debater a importância das parcerias, da rede colaborativa e empresarial, da informação de proximidade, da inovação e da inteligência competitiva para uma internacionalização bem sucedida na África Lusófona.

O seminário teve início com as intervenções do vice-presidente da AEP, Paulo Nunes de Almeida e de Eurico Brilhante Dias, Administrador da AICEP, que enquadraram o tema e salientaram a importância da rede i-PME, no apoio aos empresários no espaço da Lusofonia, sendo urgente o alargamento do projecto a países como o Brasil e Moçambique.

A África Lusófona assume uma importância crescente na estratégia de

internacionalização das nossas Empresas e Organizações. De igual modo, o aprofundamento das relações, bilaterais e multilaterais, na África Lusófona, é hoje uma realidade incontornável da diplomacia económica e da geoestratégia dos negócios.

No entanto, resultou claro do seminário, que esse caminho só será possível com uma preparação adequada e reflectida. Para termos bem sucedidos, precisamos de aprofundar relações e compreendermos melhor as dinâmicas sócio económicas do continente Africano e de cada um dos seus mercados, que se caracterizam por dinâmicas muito próprias e diferenciadas, bastante polarizadas em Angola, Moçambique e Cabo Verde.

A intervenção de Manuel Ennes Ferreira, reputado especialista em Economia Africana e responsável, entre outros, pelo Mestrado em Economia Africana e pela Pós-Graduação em “Internacionalização na África Lusófona” do ISEG, onde é Professor, alertou que além das vantagens evidentes para as empresas portuguesas, há alguns cuidados a ter e alguns mitos a evitar, que normalmente acompanham os processos de internacionalização nesta região.

Dois excelentes exemplos de parcerias de sucesso na África Lusófona – Banco BIC Portugal e Primavera BSS - foram apresentados pelos respectivos presidentes, Luís Mira Amaral e José Dionísio. A Primavera BSS viu o seu volume de negócios em África, entre 2006 e 2010, aumentar 342%, para um total de 3,62 milhões de euros. Segundo José Dionísio, a tendência para os próximos anos será de crescimento, mas o grande desafio continuará a ser o de uma adequada gestão de equipas e pessoas, uma das variáveis mais críticas da internacionalização.

“Um triângulo virtuoso para gerar valor” foi o tema das apresentações de José Marques da Silva e Sérgio Ribeiro, consultores da AEP. A importância estratégica da informação, dos





modelos de inteligência económica e da inovação, verdadeiros pilares de sustentação para uma internacionalização bem sucedida foram o mote deste último painel.

A sessão foi encerrada com a formalização do protocolo de associação da Rede Colaborativa e Empresarial – i-PME - por um conjunto de Associações portuguesas.

Joseph Stiglitz, economista americano, esteve recentemente em Luanda para falar sobre economia.

Miguel Gomes, Novo Jornal, Ed nº 183 de 22-07-2011.



Foto: Novo Jornal

Joseph Stiglitz, foi um dos oradores do seminário “Crise Financeira Mundial – Riscos e Oportunidades para Economias Emergentes como Angola”, organizado pelo Semanário Sol, onde deixou alguns recados e avisos à navegação.

E também alguns conselhos úteis, que devem servir de reflexão para os governantes de países como Angola. Que têm potencial, que têm recursos naturais, mas que têm também uma larga franja da população sem formação, sem oportunidades e sem acesso ao mercado de trabalho.

Os fundamentalistas do mercado livre, da teoria da “mão invisível”, agora em desuso (talvez por vergonha), dirão que tudo se resolve com a ideia de um Estado mínimo, que exerça apenas a função de regulador e de “polícia” da economia. O vencedor do Prémio Nobel da Economia de 2001 é um conhecido crítico desta visão económica, que agora – ou melhor, que desde há alguns anos - está a caminho da bancarrota nos Estados Unidos da América e na Europa.

A “mão invisível”, que tudo harmonizava em caso de livre acesso aos mercados por parte do sector privado, que tudo resolvia com concorrência e consequente aumento de bens e serviços, afinal... não existe.

“A razão pela qual a mão invisível é invisível é porque ela não existe ou, quando existe, está parálitica”, disse um dia Joseph Stiglitz, quando se aprontava para receber o prémio mais prestigiado deste nosso mundo.

Isto foi em 2001 – quando o euro era ainda um factor de loucura positiva, já que tinha colocado países com modelos económicos frágeis (se não falhados) a aceder a dinheiro barato. Que depois alavancou o consumo. E que agora deu “bum” – já depois de os EUA terem estoirado, em 2008. Irlanda, Portugal e Grécia são os melhores exemplos.





Em relação a África e a Angola, em particular, Stiglitz aproveitou a sua experiência e as suas convicções ideológicas (sim, também) para lembrar que a posição do Estado é fundamental para desenvolver a economia dos países em desenvolvimento.

“O desenvolvimento em África não será alimentado pelo mercado. O Estado terá sempre um papel importante”, disse o norteamericano na conferência organizada pelo semanário lusófono “Sol”.

O encontro tinha como mote principal a “Crise Financeira Mundial – Riscos e Oportunidades para Economias Emergentes como Angola”. E há três ou quatro ideias que são consensuais e nem a teoria económica misturada com ideologia as consegue contrariar. Os países africanos necessitam aumentar a sua produção interna (a maioria não produz o suficiente para alimentar a população, como é o caso de Angola) e de trilhar caminhos rumo à industrialização. Ainda que em menor escala, inicialmente.

“África precisa repensar a sua política de industrialização mediante uma séria aposta na formação e na capacitação de quadros nacionais, incrementado a produção e exportando o excedente para as economias mais carenciadas”, realçou Stiglitz em Luanda. Neste quadro, o conceito de diversificação da economia nacional, aliviando a dependência do petróleo e a exposição aos caprichos do mercado energético mundial, faz todo o sentido.

Ora, acontece que Angola (e, em certa medida, a maioria das regiões africanas) tem um problema de conhecimento. De “know-how”. De saber fazer. É um facto, que não passou despercebido a Joseph Stiglitz.

“O problema do caminho para a industrialização em África é o défice de conhecimento e de “knowhow”. E também é um problema de falta de recursos”, frisou o economista americano.

“ANIP quer (re)industrialização e lei para pequenos investidores”,

Hortêncio Sebastião, Novo Jornal, Ed nº 183 de 22-07-2011.

Aguinaldo Jaime, coordenador da ANIP, no encontro de empresários para a cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa, que decorreu no âmbito da 28ª edição da Feira Internacional de Luanda (FILDA), considerou que Angola tem sido bem sucedida nos seus esforços de captação de investimento privado.



Foto: Novo Jornal

A necessidade de industrialização ou a reindustrialização de Angola, a preparação pelo executivo da Lei das micro, pequenas e médias empresas, a par do alargamento da base das exportações do país, foram defendidas pela Agência Nacional do Investimento Privado (ANIP) no passado dia 20 de Julho.

O coordenador da instituição, Aguinaldo Jaime, ao dissertar no encontro de empresários para a cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua





portuguesa, que decorreu no âmbito da 28^a edição da Feira Internacional de Luanda (FILDA), considerou que Angola tem sido bem sucedida nos seus esforços de captação de investimento privado. “Angola precisa de se industrializar porque sem um processo de industrialização não é possível dar sentido ao processo de diversificação da economia”, salientou este responsável, para quem “a indústria de equipamentos, a criação de matérias-primas, a indústria de construção civil, das pescas e derivados, são áreas onde existem oportunidades para os investidores em parceria com os angolanos poderem resolver os graves problemas estruturais com que ainda se defronta a economia angolana”.

Nesse sentido lembrou que a nova Lei do Investimento Privado procura tornar os investimentos mais atractivos, embora o seu valor mínimo tenha subido “substancialmente”, para um milhão de dólares.

Com a vigência da nova Lei, de fora ficam os pequenos investidores, que segundo Aguinaldo Jaime estarão acautelados com a aprovação da Lei das micro, pequenas e médias empresas. “Esta Lei, conjuntamente com a Lei do Fomento do Empresariado Nacional dará resposta ao clamor da classe empresarial”, explicou.

Para esclarecer as motivações do executivo angolano na implementação da nova Lei do Investimento Privado, o coordenador da ANIP caracterizou a economia de Angola e África em geral como estando confrontada com uma baixa taxa de poupança interna, que em média ronda 18 a 20% do Produto Nacional Bruto (PNB). “É uma taxa muito baixa, aliás a mais baixa das economias em desenvolvimento emergente”, assinalou, acrescentando que “estudos realizados sobre as economias africanas” indicam que para atingir os Objectivos do Milénio, as economias africanas precisam de “pelo menos 25% da taxa de poupança interna sobre o seu PNB”. “Estamos muito longe de

atingirmos este valor e por essa razão é que África, tal como Angola, precisa da poupança externa para complementar a poupança interna e assim financiar o seu processo de investimento e desenvolvimento”, disse.

Segundo Aguinaldo Jaime, um segundo problema que África enfrenta tem a ver com o enorme peso da chamada economia informal, com transacções que atingem milhões de dólares não bancarizados. “A poupança gerada na economia informal não é detida em produtos financeiros e por isso não pode ser mobilizada pelo sistema financeiro para financiar o investimento e o desenvolvimento”, referiu.

Nessa perspectiva, Aguinaldo Jaime disse que a outra saída de Angola tem consistido em continuar a fazer esforços para absorver a economia informal, através da sua bancarização, com produtos financeiros atractivos, tendo em vista a mobilização dessa poupança para financiar o processo de reconstrução. “Por isso mudamos a Lei procurando atrair poupança externa e canalizá-la para o nosso processo de investimento”, afirmou.

“Queremos que investidor ganhe, seja bem remunerado pelo risco que corre, pelos capitais que investe, pela tecnologia de que dispõe, mas também que o país resolva os seus problemas estruturais para que possa dar uma melhor condição de vida aos seus cidadãos”, referiu.



Angola aprova lei das micro, pequenas e médias empresas

Angop 26/07/11

De acordo com a agência Angop, a lei das micro, pequenas e médias empresas em Angola foi aprovada no passado dia 26 de Julho. Com a aprovação desta Lei, conjuntamente com a Lei do Fomento do Empresariado Nacional, os pequenos investidores passam a ter os seus interesses e anseios acautelados.

A lei foi aprovada por unanimidade (174 votos a favor) em sessão extraordinária da Assembleia Nacional e considera:

- **Micro-empresas:** aquelas que empreguem até dez trabalhadores e/ou tenham uma facturação bruta anual que não exceda os 250 mil dólares (172,3 mil euros à taxa de câmbio actual).
- **Pequenas empresas:** as que empreguem mais de dez trabalhadores ou até cem e que tenham uma facturação bruta anual superior a 250 mil dólares (172,3 mil euros) ou igual ou inferior a três milhões de dólares (dois milhões de euros, ao câmbio actual).

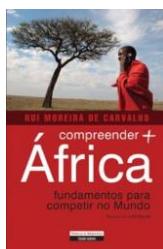
- **Médias empresas:** as que empreguem mais de 100 ou até 200 trabalhadores e tenham uma facturação bruta anual superior a três milhões de dólares (dois milhões de euros) e igual ou inferior a 10 milhões de dólares (6,8 milhões de euros, ao câmbio actual).

A Angop refere que o acesso aos incentivos constantes da lei está reservado às micro, pequenas e médias empresas que comprovem que têm a sua situação fiscal regularizada.

O documento refere ainda que o Executivo angolano deverá avançar com um "sistema simplificado" das formalidades necessárias para a constituição de empresas e licenciamento da sua actividade.



Livros & Publicações recomendados:



Título: Comprender + África
Autor: Rui Moreira de Carvalho
Editor: Temas & debates
Data da publicação: 2010
Nº páginas: 320

Comentário: Um livro de leitura recomendada para todos os que se interessam pela problemática de desenvolvimento socioeconómica africana, no contexto da economia global em que vivemos. Para se fazer negócios é necessário compreender e assimilar muito bem a cultura dos parceiros comerciais e dos mercados de destino.



Título: Estratégia de Marketing Internacional
Autor: Fernanda Ilhéu
Editor: Almedina
Data da publicação: Setembro 2009
Nº páginas: 378

Comentário: Um livro fundamental para quem se interessa pela internacionalização. Para além do enquadramento teórico das decisões estratégicas da internacionalização, da escolha de mercados, de modos de entrada e de marketing, o livro termina com um conjunto de casos de empresas portuguesas com sucesso no mercado internacional.



Título: Trabalhar em Angola
Autor: Hermínio Santos
Editor: Planeta
Data da publicação: Junho 2011
Nº páginas: 111

Comentário: Um manual prático essencial para profissionais que trabalhem, ou pretendam trabalhar em Angola. Apresenta um conjunto de respostas para as questões mais frequentes sobre Angola. O manual é mesmo apresentado como um guia de “sobrevivência” para qualquer profissional português que tenha Angola no seu horizonte.



Título: Parcerias: como criar valor com a internacionalização
Autor: Rui Moreira de Carvalho
Editor: bnomics
Data da publicação: Setembro 2009
Nº páginas: 240

Comentário: Um livro que apresenta diferentes caminhos para criar valor em parceria nos processos de internacionalização. A visão e o sentido prático do autor, com um grande conhecimento do terreno, torna a obra imprescindível para todos os que pretendem analisar as diferentes formas de entrada nos mercados externos.

